

**POR UMA TEORIA SOCIAL DE GÊNERO DO – E PARA – O SUL GLOBAL:
UMA ENTREVISTA COM RAEWYN CONNELL**

Cristiano Rodrigues*
Darlane Silva Vieira Andrade†
Maira Kubik Mano‡

Resumo

Raewyn Connell, socióloga, professora emérita da Universidade de Sydney, proeminente intelectual e ativista no campo de estudos de gênero e masculinidade, esteve, pela primeira vez, em Salvador, em abril de 2015. Connell proferiu uma conferência intitulada “Gênero em Perspectiva Global: pensando a partir do Sul” e participou de encontros com estudantes de pós-graduação e ativistas de movimentos feministas e transfeministas. Aproveitamos a ocasião para entrevistá-la e em, aproximadamente, duas horas, Connell falou extensivamente sobre sua trajetória acadêmica bem como acerca dos conceitos e temáticas que orientam suas pesquisas sobre gênero e masculinidades. A entrevista também enfocou temas relacionados à sua teoria de gênero a partir do Sul global, transexualidade, perspectivas decoloniais e o futuro da pesquisa feminista.

Abstract

Raewyn Connell, Sociologist, Professor Emeritus at the University of Sydney, and prominent intellectual and activist in the fields of gender studies and masculinities, visited Salvador for the first time in April 2015. Among many of her academic duties while in Bahia, which included a conference speech on “Gender in World Perspective: thinking from the South”, and a series of meetings with graduate students and social activists, we spent two hours talking about her academic trajectory. We mainly spoke about Connell’s concepts developed in her researches on gender and masculinities. The interview also focused on her approach to the southern theory of gender, transexuality, decolonial perspectives and the future of feminist research.

* Graduado em Psicologia (UFMG), Mestre em Psicologia Social (UFMG) e Doutor em Sociologia (IESP-UERJ), com ênfase em teorias de movimentos sociais e impacto político-institucional do ativismo negro na América do Sul. Realizou estágio de doutoramento no Departamento de Sociologia e no *Center for Research and Education on Gender and Sexuality* (CREGS) da *San Francisco State University*. Atualmente, é Professor Adjunto A do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, onde integra o grupo de pesquisadores e professores do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) e do Bacharelado de Estudos em Gênero e Diversidade (BEGD). Também atua como pesquisador junto ao Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

† Possui graduação em Psicologia e Especialização em Psicologia Conjugal e Familiar pela Faculdade Ruy Barbosa; é Mestre e Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia. É membro-fundadora do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia, no Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP03); representa o CRP03 no Conselho Municipal da Mulher (2015); pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e docente Adjunta do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade no Departamento de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia.

‡ Possui graduação em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003) e é mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição. É Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp (2015), na linha de pesquisa de Estudos de Gênero. Tem pós-graduação em Gênero e Comunicação pelo Instituto de Periodismo José Martí, de Havana, Cuba. É professora adjunta do Bacharelado em Gênero e Diversidade, no departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia, onde também integra o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM).

Introdução

Socióloga australiana, Raewyn Connell é professora Emérita da Universidade de Sidney e uma das pioneiras no campo de pesquisas sobre masculinidades, o que lhe rendeu reconhecimento internacional. O conceito de “masculinidade hegemônica” tem sido particularmente influente e tem atraído muito debate. Além de ter feito um trabalho empírico pioneiro neste campo, Raewyn também tem escrito extensivamente sobre a aplicabilidade de suas proposições teóricas sobre gênero e masculinidades para a educação, saúde e redução da violência.

Seus trabalhos se caracterizam, sobretudo, por um olhar crítico sobre as estruturas sociais que produzem e reproduzem desigualdades, além de cobrirem uma ampla variedade de tópicos e disciplinas. No entanto, sua abordagem tende a ser diferenciada daquela que se tornou canônica nas ciências sociais: enquanto muitos pesquisadores da área procuram “estudar os de baixo”, examinando os pobres ou membros da classe trabalhadora em grandes centros urbanos, Connell aponta suas lentes acadêmicas para instituições e pessoas em posições de poder e privilégio social – escolas de elite, gerentes corporativos, integrantes das classes dominantes, homens das classes média e alta, homens heterossexuais, entre outros. Seguindo o jargão da nova esquerda dos anos 1960, ela chama esta abordagem de “estudar os de cima”, ou seja, documentar os detentores do poder para analisar o funcionamento das estruturas de poder para compreender suas divisões, fraquezas e apontar para possibilidades de mudança.

Tivemos o privilégio de entrevistá-la durante sua mais recente visita ao Brasil, em abril de 2015. Na ocasião, Connell participou de uma série de atividades acadêmicas no Rio de Janeiro e na Bahia. Em Salvador, ela proferiu, a convite do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM-UFBa), uma conferência intitulada “Gênero em Perspectiva Global: pensando a partir do Sul” e participou de encontros com estudantes de pós-graduação e ativistas vinculadas a movimentos feministas e transfeministas. Em, aproximadamente, duas horas de entrevista, Connell falou extensivamente sobre sua trajetória acadêmica bem como os conceitos e temáticas que orientam suas pesquisas sobre gênero e masculinidades. A entrevista também enfocou temas relacionados a sua teoria de

gênero a partir do Sul global, transexualidade, perspectivas decoloniais e o futuro da pesquisa feminista.

Entrevista

Cristiano Rodrigues

– *Podemos começar com sua trajetória acadêmica? Como você começou a estudar a classe dominante e depois migrou para os estudos de gênero? Quais são as principais diferenças que você vê entre essas áreas temáticas? E quais são suas similaridades?*

Raewyn Connell

– Eu sou da Austrália, e isso é um dado importante. A Austrália foi uma colônia de povoamento, colonizada pelos europeus, especialmente, de origem britânica. A terra pertencia, originalmente, a uma cultura indígena ancestral bastante antiga e que foi seriamente danificada pelo colonialismo. Minha família faz parte da população assentada e está na Austrália há cerca de cinco gerações. Eu venho de uma burguesia profissional, de um contexto relativamente privilegiado. Muitas pessoas da minha família são professoras em universidades ou escolas, algumas sendo diretoras de escolas e algumas em outras profissões.

Eu entrei para a universidade no começo dos anos 1960. Estudei história e psicologia na graduação e depois comecei a pós-graduação na Universidade de Sidney. Nesse momento, o movimento estudantil se desenvolvia na Austrália e eu estava envolvida na campanha contra a Guerra no Vietnã e em lutas para reformar as universidades, para torná-las mais democráticas e relevantes. Entrei para o Partido Trabalhista Australiano, um partido socialdemocrata que tinha como base os sindicatos, similar ao Partido dos Trabalhadores (PT) daqui. Eu trabalhava com sindicalistas e estudantes no desenvolvimento de uma crítica sobre as estruturas de poder, sobre o privilégio e a classe dominante no meu próprio país.

Meu primeiro interesse de pesquisa foi compreender como esses grupos conseguiam se manter no poder embora fossem a minoria da população. Eu estava preocupada com a maneira pela qual as atitudes das classes populares eram moldadas. Esse era o tempo da Guerra Fria e a Austrália estava ao lado dos Estados Unidos. Eu queria saber como isso se tornou aceitável

para o povo. Minha tese de Doutorado foi sobre como as crianças desenvolviam seu entendimento sobre política. Foi publicada na Austrália como livro, *The child's construction of politics*, em 1971.

Eu fazia parte de um grupo no movimento estudantil que tentou constituir a nossa própria pequena universidade. Era chamada Universidade Livre (*Free University*), um tipo de centro de pesquisa e aprendizado dirigido por estudantes. Nós lançamos projetos de pesquisa sobre assuntos importantes para os movimentos sociais e relevantes para a mudança social e um deles era um projeto sobre classe social. A ideologia dominante na Austrália, naquele período, alegava que não havia algo como classe, só havia pessoas bem sucedidas e mal sucedidas. Então, nós lançamos um projeto histórico e sociológico para documentar as desigualdades de classe e a transmissão de privilégios de geração para geração bem como a mudança de formato das classes e das relações de classe.

Enfoquei, especificamente, esse ponto. A tradição de pesquisa socialista na Austrália se baseava na documentação de experiências da classe trabalhadora – escrevendo sobre a história dos sindicatos, da cultura da classe trabalhadora, entre outras coisas. Eu pensava que, para entender como o sistema de classe funcionava, você realmente precisaria estudar as pessoas que detêm o poder. Então eu desenvolvi um programa de pesquisa sobre a classe dominante, que foi publicado no livro *Ruling Class, Ruling Culture*, em 1977, e se tornou o meu livro mais conhecido na Austrália. Muitos anos depois, quando alguns colegas fizeram uma pesquisa para selecionar os dez livros “mais influentes” da sociologia australiana, este livro ficou em primeiro lugar.

Foi, assim, portanto, que me envolvi com a pesquisa sobre relações de classe. Mas eu estava, também, preocupada com educação e envolvida com tentativas de reformar o Ensino Superior, inclusive, fazendo parte da criação de dois novos programas de sociologia em universidades também novas. No final dos anos 1970, eu lancei, com um grupo de colegas, um projeto sobre desigualdades no Ensino Médio australiano. Nós tentamos compreender como as relações de classe e gênero afetavam a vida das crianças nas escolas. Mas também estávamos interessados em como as escolas produziam as relações de classe. As escolas não apenas

“reproduzem” (à la Bourdieu) como produzem, ativamente, padrões de relações de classe. As escolas mais importantes criam solidariedade (para a classe dominante em particular) e desfazem solidariedade (para a classe trabalhadora). E acreditávamos que as escolas poderiam funcionar de maneira diferenciada, em prol de estudantes da classe trabalhadora, como argumentamos no principal trabalho oriundo deste estudo, *Making the Difference* (1982), que foi traduzido e publicado em português.

Éramos influenciados pelos estudos e debates sobre classe, mas, ao mesmo tempo, tentávamos fazer algo novo em termos de pesquisa de campo. Fizemos entrevistas detalhadas com garotos e garotas de 14 anos, com suas mães, pais e professores. Fizemos isto tanto em escolas voltadas para a classe dominante quanto nas da classe trabalhadora. E, ao fazermos isto, fomos percebendo que as relações de gênero dentro das escolas não seguiam os mesmos padrões que as relações de classe, ainda que também envolvessem hierarquias sociais.

Com base nessa informação, eu comecei a desenvolver a ideia de “regime de gênero” de uma instituição. Ou seja, uma estrutura local de relações de gênero dentro de uma escola ou uma família ou uma empresa. Eu passei a pensar em como um regime de gênero funcionava enquanto estrutura social – um arranjo social contínuo que dava poder e autoridade a alguns grupos e os negava a outros.

Essa foi a origem do conceito de “masculinidade hegemônica”. Eu me utilizei das ideias gramscianas sobre hegemonia para pensar relações de classe na Austrália. Outro aspecto importante disto foi refletir sobre a mudança histórica na hegemonia, que se trata de uma parte muito importante da perspectiva de Gramsci, mas que é frequentemente esquecida. Este ponto também me pareceu bastante útil para analisar a dinâmica histórica das relações de gênero.

O conceito de masculinidade hegemônica dizia respeito a grupos que detinham privilégio em relações de gênero, particularmente homens heterossexuais, mas, também, enfatizava seu relacionamento coletivo com outros grupos. O conceito se refere a uma posição de centralidade ou autoridade que um dado grupo mantém nas relações de gênero. A masculinidade construída em torno desta posição central de autoridade existe em

relação a outros tipos de masculinidade. Ela também existe em relação a tipos de feminilidade, um aspecto que é frequentemente esquecido nas discussões sobre masculinidade. A ideia de masculinidade hegemônica diz respeito à estrutura da ordem de gênero como um todo. Foi desta maneira que o conceito surgiu em meu livro *Gender and Power* (1987).

Essas eram, portanto, as pesquisas que eu estava desenvolvendo nos primeiros 15 ou 20 anos da minha carreira acadêmica. Todos esses projetos saíram de movimentos sociais: de preocupações advindas do movimento trabalhista, do movimento estudantil e do movimento de mulheres. Eu também trabalhei com homens gays e, ao estudar masculinidades, nós nos apropriamos de ideias sobre opressão e marginalidade que saíram do movimento de libertação gay.

Eu acreditava que a pesquisa sobre masculinidade acrescentaria algo importante ao pensamento feminista. As pesquisas difundidas até então pelo movimento de mulheres na Austrália e no mundo anglófono enfocavam, sobremaneira, as vidas das mulheres. Isto era necessário: havia uma ausência de pesquisas acadêmicas de destaque sobre as experiências das mulheres. Então, os “Estudos sobre as Mulheres” foram criados, incluindo a história, a sociologia e a antropologia das mulheres. A emergência destes projetos guarda algumas semelhanças com o modo pelo qual o movimento trabalhista se empenhava em documentar as experiências da classe trabalhadora e suas organizações.

Eu tinha a mesma opinião sobre ambos os projetos, ou seja, que se tratava de algo absolutamente necessário, mas incompleto. A pesquisa socialista também precisava estudar os detentores do poder, as classes dominantes. Isto era chamado, no jargão da nova esquerda dos anos 1960, de estudar “os de cima” – documentar os detentores de poder com o objetivo de resistir e opor-se a eles. Eu acreditava que as relações de gênero deveriam ser tratadas da mesma maneira – nós deveríamos estudar “os de cima”. Deveríamos documentar os detentores de poder e como as estruturas de poder, de fato, funcionam, para, assim, entender suas divisões, fraquezas e possibilidades de mudança.

Essa foi a motivação para estudar masculinidades. A partir desse ponto, eu precisava de duas coisas. Em primeiro lugar, eu precisaria ampliar meu arcabouço teórico. Não havia, naquela época, uma teoria social de

gênero mais elaborada. Seria importante teorizar gênero como estrutura social, como uma estrutura de relações entre homens e mulheres, entre mulheres e entre homens, tudo relacionado às distinções reprodutivas entre os corpos. Eu detalhei algumas destas ideias em um livro de ensaios, publicado na Austrália em 1983, cujo título, um tanto estúpido, é *Which Way is Up?* Mas o modelo social de gênero realmente tomou forma no livro publicado em 1987, *Gender and Power*. Algum tempo depois, eu me familiarizei com o trabalho de feministas, como Heleieth Saffioti, que estava fazendo o mesmo tipo de trabalho no Brasil.

Em segundo lugar, conforme eu desenvolvia a análise teórica sobre as múltiplas masculinidades, eu precisava de trabalho empírico. Iniciei, então, um estudo sobre as vivências de diferentes grupos de homem, primeiramente, na Austrália. Eu realizei entrevistas de história de vida com quatro grupos de homens em situações em que a masculinidade poderia estar sob pressão ou aberta à mudança. Eu entrevistei homens jovens da classe trabalhadora que estavam desempregados; homens gays para quem a sexualidade era uma questão; homens do movimento ambientalista, que estavam lidando com muitas críticas feministas; e homens em profissões de classe média, que estavam lidando com mudanças tecnológicas e do conhecimento – as entrevistas com este último grupo não funcionaram muito bem.

Essa pesquisa se tornou a base de diversos artigos e do livro *Masculinities*, publicado em 1995. A maior parte do trabalho acadêmico na Austrália nunca sai do país. Eu sei que vocês enfrentam o mesmo problema no Brasil e, de forma mais pronunciada, por conta do idioma. Na Austrália, nós falamos a língua mais usada no mundo acadêmico, o inglês. Mas no sistema acadêmico global, nós somos vistos como “países primos”, colônias, insignificantes intelectualmente. Meus trabalhos iniciais não foram muito lidos fora da Austrália. Mas eu publiquei artigos sobre teoria de gênero e pesquisas de masculinidade em algumas revistas científicas bem conhecidas da América do Norte e da Grã-Bretanha. E *Gender and Power* e *Masculinities* foram publicados na Europa, por uma editora do Reino Unido, e nos Estados Unidos, por editoras de lá, assim como na Austrália, por uma editora australiana. E esses trabalhos foram bem recebidos.

Por conta disso, eles começaram a ser traduzidos para outras línguas. Até 2015, *Masculinities* já foi traduzido para dez idiomas. E há três traduções de *Gender and Power*. A última, em russo, foi lançada este ano. Este trabalho tem circulado surpreendentemente bem para uma pesquisa vinda da Austrália.

Agora, voltando para a sua questão, foi assim que eu cheguei ao trabalho sobre gênero e masculinidade e é como ele se conecta com meu trabalho sobre classe. Além disto, eu tenho um programa de pesquisa sobre trabalho intelectual, que resultou no meu livro *Southern Theory* (2007) e em vários estudos empíricos sobre trabalhadores intelectuais.

Recentemente, eu tenho tentado, cada vez mais, fazer essas análises em uma escala global e não simplesmente dentro da Austrália. Eu desenvolvi um projeto de pesquisa voltado para estudar masculinidades no grupo social mais poderoso do mundo: os gerentes corporativos da economia global. Eu fiz isto juntamente com colegas do Chile e do Japão. Agora, eu estou pesquisando a produção intelectual no Sul global. Estou fazendo isto com colegas da Austrália, África do Sul e Brasil.

Cristiano Rodrigues

– No início dos anos 1980, você dividiu a teoria social de gênero em dois tipos, “teoria do papel sexual” e “análise de poder”, mostrando suas forças e fraquezas. Você repensou essa teoria ao longo dos anos? Quais novos argumentos e insights você vê na teoria social de gênero contemporânea e o que pode ser sua nova trajetória e seus cenários para o futuro?

Raewyn Connell

– Os conceitos de papel sexual ainda existem na psicologia ortodoxa e ainda são muito utilizados em campos como educação e saúde. Em outros campos, eles são vistos como obsoletos. Internacionalmente, a maior mudança nos estudos de gênero, nos últimos 30 anos, foi a gigantesca influência das ideias pós-estruturalistas, até chegarmos ao ponto em que gênero é frequentemente definido em termos de discurso e identidade. Mas eu acho que, agora, os ganhos deste giro discursivo estão exauridos. Eu espero que a nova trajetória possa prestar mais atenção a assuntos econômicos, não no velho formato de um modelo de capitalismo simplificado, mas analisando a dinâmica econômica global nas relações de

gênero. Eu penso que nós chegaremos, certamente, em uma situação na qual gênero será analisado, simultaneamente, por múltiplos sistemas de conhecimento e que as relações entre epistemes ou sobre o conhecimento prático do sistema se tornarão importantes. O que acontecerá intelectualmente será afetado de maneira vital pelo que acontece nos movimentos sociais. Como eu notei antes, estamos em um momento histórico desencorajador. Como as novas mobilizações irão ultrapassá-lo, eu não sei, mas estou certa de que as lutas no chão de fábrica, em torno do meio ambiente, da justiça salarial, da propriedade da terra, da riqueza corporativa e dos serviços públicos terão uma grande influência na agenda intelectual.

Darlane Andrade

– Como você associa seus estudos de masculinidades e seu trabalho sobre mulheres transexuais? Eu também li uma entrevista sua em que você criticava aqueles que tendem a pensar em “pessoas trans” apenas em termos de identidade. Você poderia falar mais sobre isso? Eu também gostaria de saber se há alguma política pública específica para pessoas trans e como elas são tratadas pelo sistema de saúde na Austrália? Você tem, na Austrália, algo semelhante à ideia de um “nome social”, como temos no Brasil?

Raewyn Connell

– Eu, certamente, estou interessada em como as pessoas pensam sobre si mesmas! Mas acredito que, se você está preocupada com questões de estrutura social e dinâmicas sociais em larga escala, com justiça social e, especialmente, com questões sobre como gerar a mudança social, não penso que se deter sobre questões de identidade seja um bom ponto de partida. A questão central é sobre o propósito da sua pesquisa. Você pode pesquisar qualquer coisa – pesquisa identitária é fascinante e divertida – mas aonde você vai chegar com ela, é outro problema.

Eu tenho me interessado pelos discursos sobre transexualidade há bastante tempo, porque eu sou uma mulher transexual. Eu vou retomar esta história a partir dos anos 1990, quando uma importante mudança neste campo ocorreu nos Estados Unidos. Isto está conectado com a emergência da teoria *queer* e com visões desconstrucionistas no feminismo. Eu enfatizaria “desconstrucionista” porque o trabalho de Judith Butler

é extremamente influente, mas, com frequência, mal compreendido.

Nos anos 1980, a forma dominante de feminismo nos Estados Unidos tinha uma visão um tanto quanto essencialista sobre a mulher. Havia muitas correntes do feminismo naquela época, mas o feminismo mais popular e com maior visibilidade presumia que as mulheres eram um grupo naturalmente unificado por causa da biologia e por serem posicionadas pelo patriarcado em um mesmo lugar. Em decorrência desta opressão compartilhada, as mulheres também compartilhavam interesses políticos comuns que, por sua vez, poderiam ser expressos por um movimento feminista que representasse a solidariedade das mulheres. Você pode perceber como esta visão funcionava politicamente: era uma concepção mobilizadora, identificava o inimigo e as amigas.

Mas essa versão do feminismo também criava muitas dificuldades. Ela foi criticada pelas mulheres negras, por expressar, principalmente, a experiência das mulheres brancas. Foi criticada pelas feministas socialistas, por expressar, principalmente, a experiência das mulheres de classe média. Mas a crítica mais influente veio das posições pós-estruturalistas e desconstrucionistas, que emergiram nos anos 1980 e 1990, especialmente derivadas de Foucault e Derrida. As autoras dessas críticas viam a identidade de gênero não como uma expressão natural dos corpos das mulheres ou da necessária solidariedade entre elas, mas como um efeito construído discursivamente e aberto à desconstrução. Isso, como vocês sabem, é a problemática de Judith Butler, no livro *Problemas de Gênero* (2010), que se tornou o texto feminista mais influente do mundo.

Essas movimentações no debate feminista eram consonantes com um movimento entre lésbicas e gays, especialmente entre homens gays negros, que questionavam o privilégio implícito de raça e classe embutido nas noções dominantes de identidade gay e lésbica. Este também foi o momento em que Kimberlé Crenshaw (1989) cunhou o conceito “interseccionalidade” e quando o trabalho de Gloria Anzaldúa (2000) se tornou significativo nos Estados Unidos. Era um momento em que a dominação das perspectivas branca, anglo e heterossexual estava sendo questionada por muitos lados. Isto impactou fortemente

o pensamento sobre transexualidade nos Estados Unidos.

No período anterior do feminismo norte-americano, feministas influentes tinham sido extremamente antagonistas às mulheres transexuais. Robin Morgan e Mary Daly, entre outras, consideravam que as mulheres transexuais eram realmente homens loucos que se intrometiam em espaços de mulheres e, portanto, representantes do patriarcado. Era como dizer que nós deveríamos nos rastejar para longe e morrer (o que muitos fizeram depois de 1980, com a AIDS). Havia, portanto, uma corrente de grande hostilidade em relação às mulheres transexuais, sendo que estas últimas foram expulsas de eventos feministas, nos anos 1970 e 1980, e, claramente, não eram bem-vindas em outros.

Havia, também, algumas visões mais positivas entre as feministas, especialmente entre sociólogas feministas que estudavam as experiências das mulheres transexuais para conhecimentos gerais. O feminismo poderia apreender, a partir da experiência das mulheres transexuais, como era construir a feminilidade em uma sociedade patriarcal, algo que as mulheres transexuais tinham que fazer de maneira muito explícita. Estas ideias foram desenvolvidas antes da chegada da teoria *queer* e se tornaram muito influentes na sociologia, especialmente por meio do trabalho de Candace West, que era coautora de um artigo famoso intitulado *Doing Gender*, publicado em 1987. É o texto mais influente escrito na sociologia de gênero. É até mesmo mais influente que meu trabalho, em que sou coautora, sobre a sociologia da masculinidade.

Esse trabalho, porém, não teve consequências políticas imediatas. Foi o giro desconstrucionista do feminismo nos Estados Unidos e a emergência da teoria *queer* e dos movimentos *queer* que abriram espaços políticos para mulheres transexuais. No contexto das comunidades gay e lésbica e do pensamento desconstrucionista sobre gênero e sexualidade, desenvolveu-se uma visão das mulheres transexuais como textos, ao invés de infiltradas do patriarcado. Homens transexuais estavam se tornando socialmente visíveis naquele momento. Havia uma controvérsia na comunidade lésbica, se seria um tipo de traição das mulheres lésbicas que performavam masculinidade e que depois fizeram a transição e adotaram a posição social de homem. Havia muita raiva e muito debate sobre isso.

Mas se tornou uma visão popular nos Estados Unidos que as mulheres transexuais, os homens transexuais e as pessoas intersex eram parte de um espectro de não-normatividade de gênero, junto com uma série de outros grupos não-normativos. Em uma curiosa inversão, mulheres transexuais que fizessem terapia hormonal e cirurgia de redesignação sexual e se tornassem legalmente mulheres eram vistas com suspeita por terem uma visão normativa do gênero e não serem propriamente *queer*.

Criou-se, nesse contexto, uma série de dificuldades políticas e intelectuais. Ao mesmo tempo, os procedimentos de redesignação se tornaram cada vez mais acessíveis por conta do impacto do neoliberalismo. A cirurgia de redesignação se tornou comercialmente acessível enquanto antes ela era feita apenas em clínicas especializadas (geralmente em hospitais universitários), onde foi muito bem racionada por um grupo de profissionais médicos. Em um segundo momento, os procedimentos de redesignação foram globalizados e migraram para países em desenvolvimento. Atualmente, a Tailândia é, provavelmente, o país que mais realiza cirurgias de redesignação sexual no mundo.

Esse foi o momento em que o termo “transgênero” se tornou popular na América do Norte, utilizado para dar conta de identidades não-normativas de gênero reconhecidas nos anos 1990. Ao mesmo tempo, a teoria *queer* distinguia a heteronormatividade da transgressão e dava grande valor à transgressão das normas sexuais e de gênero. Então, “transgênero” se tornou um guarda-chuva para um leque de identidades transgressoras não-normativas.

Perto do final da década de 1990, esse conceito se conectou com os discursos sobre direitos humanos, nos Estados Unidos e internacionalmente. Isto acabou sendo uma vantagem para o movimento gay porque as organizações lideradas por homens gays puderam argumentar em prol dos direitos humanos para todos os grupos identitários não-normativos e não apenas para si próprios. O termo “LGBT” passou a ser utilizado nesse tipo de política, para designar a reunião de “grupos de minorias sexuais”, para usar a linguagem dos Estados Unidos. Na prática, a maioria das organizações LGBT era liderada por homens gays e suas preocupações se voltavam, principalmente, para homens gays e mulheres lésbicas. Mas o conceito LGBT se tornou global no

discurso de direitos humanos e agora nós temos muitas organizações não-governamentais com esta designação. Fundações financiam projetos de “direitos LGBT”. Este fenômeno está acontecendo em diversos lugares, no Brasil, na África e na Ásia.

LGBT se tornou, assim, a terminologia sob a qual é feito quase todo tipo de organização de mulheres transexuais. Mas, trata-se de uma situação perturbadora, pois o conceito “transgênero” desgenerifica (*de-genders*) todo mundo. Eu acho que você usou a frase “pessoas transgêneras” ou “pessoas trans” e isto é muito comum. Mas, olhe com atenção: isto é um termo desgenerificado (*de-gendered*). É, explicitamente, dizer que não se é homem nem mulher. No entanto, se você olha para mulheres transexuais, você está olhando para mulheres, para as quais a posição social de mulheres é central em suas vidas. E isto ocorre de maneira semelhante com os homens transexuais. A posição de gênero tem sido tão importante em suas vidas que elas tiveram que, de fato, fazer uma transição da posição de homem para a posição social de mulher.

Para mim, parece muito, muito contraditório que um conceito desgenerificante se torne o termo sob o qual nós nos organizemos! Há um problema muito específico para as mulheres transexuais na política LGBT, pois, ao se recusar a nomearem-nas como mulheres isto oblitera sua conexão com o feminismo. Eu entendo o feminismo como o movimento que tenta representar interesses de mulheres e contestar a sua opressão como um grupo *gendrado*.

O feminismo é, agora, bastante sensível, muito mais do que nos anos 1970 e 1980, à diversidade de mulheres em termos de raça, classe, idade e sexualidade. Parte da diversidade das vidas das mulheres é o modo como nos tornamos mulheres. Mulheres transexuais têm um caminho muito incomum para se tornarem mulheres, mas elas estão aí.

Meu argumento político, que desenvolvi em *Transsexual women and feminist thought* (2012), artigo que foi publicado na revista *Signs*, em 2012, é o seguinte: se você olha para as necessidades das mulheres transexuais, em termos de suas condições de vida, você observa uma convergência com as demandas feministas, ou seja, segurança, segurança econômica, moradia, educação de qualidade para crianças e o fim da violência

de gênero. A conexão com o feminismo é politicamente crucial para as mulheres transexuais.

É muito mais relevante que as conexões com grupos de minoria sexual. Mulheres transexuais não são uma minoria sexual. Elas são tão diversas sexualmente como qualquer outro grupo de mulheres. Há mulheres transexuais lésbicas e mulheres transexuais heterossexuais, algumas não tem sexo, algumas desistiram dele, algumas nunca tiveram e assim por diante. Elas não são um grupo de identidade sexual.

Já em relação à questão do acesso de mulheres e homens transexuais a serviços, a melhor coisa escrita sobre o tema é de Viviane Namaste (2000), do Canadá, em um livro chamado *Invisible lives*, publicado há 15 anos. Não é muito famoso, mas é muito bom, e tem uma crítica que a autora faz à teoria *queer*. Ela fornece muitos detalhes sobre a experiência das mulheres transexuais nos serviços de saúde, sociais e em relação à polícia. No Canadá, assim como em outros lugares, muitas mulheres transexuais jovens da classe trabalhadora estão envolvidas no trabalho sexual. É comum nos países de língua inglesa que mulheres transexuais jovens trabalhem com sexo para juntarem dinheiro para fazer a cirurgia. O mais recente livro de Namaste (2005), chamado *Sex change, social change*, uma coleção de ensaios, também é muito bom, e inclui material sobre prisões e questões indígenas.

Não temos, na Austrália, algo como o conceito brasileiro de “nome social”. Este é um conceito bastante interessante para mim. Na Austrália, você pode usar qualquer nome que quiser, na sociedade, mas, para documentos legais, é diferente. Quando você nasce, seus pais registram você com um nome e um sexo. É relativamente fácil alterar seu nome, você pode fazer isso sem ser transexual. Era comum para as mulheres adotarem o sobrenome do marido. Se você tivesse nascido Bridget Jones e se casado com William Smith, você seria legalmente reconhecida como Bridget Smith após o casamento. Era algo automático. E, em algumas circunstâncias, você seria realmente reconhecida como Sra. William Smith. Para fins formais, você adotaria todo o nome do marido, mas isto agora está obsoleto.

Esse era um sistema de nomes completamente patriarcal. Você começa com o nome de seu pai e, em seguida, usa o nome do seu marido. Você era dada de um homem para o outro em termos do seu nome. Agora, desde a

década de 1970, muitas feministas se opuseram a este sistema. Caso se casassem, elas se recusavam a usar o nome do marido e mantinham seu próprio nome, mas, é claro, ainda assim era o nome paterno, também um nome patriarcal. Algumas delas começaram a usar legalmente um nome diferente, um que elas queriam. Isso é pouco comum hoje em dia, mas ainda é possível. É legalmente possível.

Na Austrália, você tem que fazer uma declaração no cartório de registro civil, assinar o documento, e eles imprimem os documentos de identidade com o novo nome. Você não pode, simplesmente, entrar no cartório e fazê-lo de forma aleatória, porque facilita a fraude: você pode contrair dívidas em um nome e, em seguida, alterá-lo. Os funcionários não estão muito preocupados com o gênero da pessoa, eles estão preocupados com fraude. Mas se você tiver uma boa razão para fazê-lo, então, é legalmente possível.

Eu mesma alterei meu nome antes de fazer a transição. Eu fui ao cartório, assinei os formulários, mostrei a minha certidão de nascimento, dei-lhes o novo nome, e eles me autorizaram a mudar meu nome legalmente para Raewyn, sem qualquer aborrecimento. E levou apenas algumas semanas para a emissão dos novos documentos. Mas isso não implicou em mudança de sexo. Àquela altura eu tinha um nome de uma mulher, mas uma certidão de nascimento que dizia que o sexo era masculino. E é aí que as mulheres transexuais ficam, a menos que elas também façam a cirurgia de redesignação. Se elas fizerem a cirurgia, então, a lei lhes permite mudar de sexo nos documentos oficiais. E, estranhamente, um novo certificado de nascimento é emitido para você. Então, de acordo com o governo, eu nasci de novo! Mas eu nasci de novo em 1944. Assim, a minha certidão de nascimento diz agora que eu nasci como uma menina chamada Raewyn, em 1944, o que teria surpreendido muito os meus pais. Mas isto é o que o Estado acredita. E bom para o Estado!

Maíra Kubík

– *A chave, então, é um projeto de emancipação.*

Raewyn Connell

– Um projeto amplo de emancipação feminista é a chave, penso eu. O projeto de reforma e equidade social. Não apenas no feminismo, mas no movimento trabalhista e socialista, também. Se você olhar para as

mulheres transexuais no mundo ou, de maneira mais ampla, para grupos que se envolveram em algum tipo de processo de transição de gênero, a maioria delas é muito pobre. Muitas foram expulsas de suas famílias, das escolas, do trabalho – é por isto que muitas terminam no trabalho sexual. Suas necessidades mais imediatas são basicamente econômicas: renda, moradia e acesso a serviços públicos de saúde. E como você consegue isto? Por esta razão, sou a favor de as mulheres transexuais se juntarem ao partido trabalhista, aos sindicatos, ao movimento feminista e conseguirem renda e educação.

Cristiano Rodrigues

– *Gostaria de voltar à ideia de masculinidade hegemônica. Seu trabalho sobre masculinidades, como você disse antes, é bastante influente, mas, também, foco de algumas controvérsias – a ponto de você até escrever outro artigo no qual você reconceitualiza a ideia. Eu gostaria, então, que você falasse mais sobre masculinidade hegemônica e como este conceito vem mudando, ou como suas ideias sobre o conceito têm mudado com o tempo.*

Raewyn Connell

– Eu acho que minhas ideias sobre masculinidade têm sido influenciadas pelas leituras de muitas pesquisas de outras partes do mundo, especialmente leituras sobre masculinidades em países pós-coloniais. Eu me dei conta de que a minha formulação do conceito estava, de alguma forma, apropriada para a Austrália, um país anglófono e rico, onde a ordem de gênero é modelada pela ordem de gênero da metrópole, do poder colonial. O pensamento sobre masculinidade hegemônica como um padrão historicamente construído estava correto, mas subestimei o significado do colonialismo nesta história.

A diferença entre as ordens de gênero na metrópole e na periferia cria diferentes problemas de hegemonia. Grupos dominantes de homens estavam historicamente configurados de diferentes formas. Por ora, pensando sobre o Brasil e os países da América Latina de língua espanhola, formas históricas de masculinidades colonizadoras foram misturadas com dominação racial durante o período colonial. Como Octavio Paz (1992) mostrou, há muito tempo atrás, em *O labirinto da solidão*, as masculinidades podem ser repensadas e retematizadas em relação ao legado colonial e às realidades sociais pós-coloniais.

Essa é a melhor forma de aproximar as “intersecções” entre raça e gênero, pensando, historicamente, em termos de processos de mudanças na ordem colonial de gênero. Isto envolve a criação das indústrias coloniais, a criação de uma força de trabalho escrava, a destruição de comunidades indígenas, a incorporação de algumas populações indígenas na força de trabalho. Tudo isto remodelou as relações de gênero e produziu novas configurações das práticas e hierarquias de gênero.

Eu não conheço todo esse trabalho histórico em detalhes, porque eu entendo apenas um pouco de espanhol e português; mas este é o tipo de pesquisa que eu espero encontrar. A história do colonialismo me parece, agora, muito mais importante na formação das ordens de gênero e hegemonia do que quando eu estava escrevendo *Gender and power*. Em *Masculinities*, eu levantei a questão da história mundial do imperialismo, e há outro gesto nesta direção na tentativa de rever o conceito de masculinidade hegemônica em 2005, embora insuficiente. Há uma tentativa mais séria no artigo *Margin becoming centre: for a world-centred rethinking of masculinities*, que publiquei em 2014, na revista escandinava *NORMA: International Journal for Masculinity Studies*. Neste artigo, eu tentei repensar a análise social de masculinidade em um contexto pós-colonial.

Penso que o artigo que James Messerschmidt e eu publicamos em 2005 ofereceu uma boa estimativa em relação às pesquisas do Norte global em áreas como psicologia, educação e serviços de saúde que, geralmente, usam o conceito de “masculinidade hegemônica” de uma forma muito simplificada e, algumas vezes, de maneira distorcida. O termo é geralmente utilizado para significar apenas uma identidade ou um tipo de caráter, frequentemente aquele que é dominante, autoritário, violento, assertivo e intolerante. Estas formas de masculinidades sem dúvida existem, podendo, inclusive, ser bastante generalizadas. Mas aqueles homens que necessitam impor seu poder pela violência não estão legitimando a masculinidade hegemônica. Muito pelo contrário.

Eu acredito, ainda, que os estudos sobre masculinidades têm minimizado muito o significado de aspectos econômicos e organizações sociais, tais como as corporações e o estado. Se você procurar pelos homens mais poderosos do mundo, perceberá que eles são os

gerentes de corporações internacionais e burocratas estatais das grandes potências mundiais. E que tipo de masculinidade eles mostram? Bem, eles são cruéis, mas eles não saem por aí espancando pessoas. Eles têm outros que fazem este serviço para eles: eles comandam exércitos e forças policiais (estatais e/ou privadas). A masculinidade corporativa não é similar à masculinidade de jogadores de futebol ou das pessoas envolvidas em situações de violência face a face. Eu enfatizaria mais, agora, a importância das instituições nas relações de gênero. O acesso das mulheres a posições de poder bem como a exclusão das mulheres em geral de posições de autoridade econômica, política e religiosa – aspectos que têm sido largamente debatidos nos movimentos de mulheres –, necessitam ser incorporados ao nosso trabalho conceitual.

Portanto, esses são alguns dos aspectos que eu penso necessitam ser melhor desenvolvidos no conceito de masculinidade hegemônica. Ao pensar sobre o mundo pós-colonial, temos que reconhecer partes do mundo e momentos históricos em que não há hegemonia. Isto é inteiramente consistente com Gramsci. E eu penso que é comum no colonialismo. A conquista colonial é, na verdade, violência. Potências coloniais gastam muito tempo e energia tentando construir hegemonia na nova sociedade colonial. Este é o papel da religião missionária e do sistema legal e é interessante notar como tais aspectos do colonialismo têm sobrevivido à descolonização formal. Neste sentido, ainda estamos no mundo colonial. Esta é a tese geral de Aníbal Quijano (2000), em seu trabalho sobre a persistente colonialidade do poder, que eu salientaria é tanto institucional quanto cultural. Em meus trabalhos mais recentes, eu venho tentando analisar a colonialidade do gênero a partir de uma perspectiva sociológica.

Cristiano Rodrigues

– *E sua abordagem sobre a Teoria do Sul, como ela surgiu? Você começou a estudar teorias decoloniais a partir de uma perspectiva gramsciana e depois passou a estudar mais profundamente teorias decoloniais?*

Raewyn Connell

– Estritamente falando, essas ideias não partem de Gramsci, embora eu tenha lido e aprendido com *Alguns temas da questão meridional* (1987). Este texto é sobre o sul da Itália, subdesenvolvido, os padrões de

hegemonia dentro da região e o papel desempenhado pelo sul na política nacional italiana. Embora a leitura desse ensaio tenha sido importante para mim, ele não é, estritamente, o meu ponto de partida para estudar as teorias do Sul global.

Eu passei a me interessar mais por essas questões quando comecei a participar mais nos processos acadêmicos do Norte global – ir a conferências, dar palestras, publicar em revistas do Norte. Isto me forçou a tomar consciência do quanto as ciências sociais do Norte eram autorreferenciadas e fechadas. Embora falassem de globalização, o seu principal impulso era teorizar e pesquisar sobre as sociedades do Norte. Em grande parte da ciência social, assume-se que esta é a modernidade, esta é a “sociedade desenvolvida” e que o restante do mundo acabaria por seguir o caminho do Norte. Então, se você tivesse uma sociologia ou economia boa para o Norte global, isto é tudo que você precisava, porque os demais iriam convergir para aquele modelo, cedo ou tarde. E, em torno de final dos anos de 1980, eu comecei a pensar e escrever de forma crítica sobre isto. Eu acreditava que aquele não era um bom modelo de ciência social para um país na periferia, como a Austrália. Ele não nos oferecia ferramentas para pensar sobre as configurações específicas de nossa própria sociedade.

Além disso, me parecia que as ciências sociais no Norte global haviam sido construídas de uma forma que os cientistas sociais do Norte raramente podiam ver, pelo poder global do Norte. As ciências sociais do Norte foram moldadas pelo fato de que elas foram criadas em países centrais. Então, comecei a desenvolver uma crítica à ciência social dominante a partir de outro ponto de vista. Não era estritamente “pós-colonial”, no sentido dos estudos culturais; eu não estava lendo Edward Said¹ e dizendo “como é que vamos fazer isso em sociologia?”. Mas tinha alguma semelhança com o trabalho de Said, olhando para a cultura do Norte global e vendo como ele representava o Oriente.

Então, eu estava olhando para as ciências sociais, especialmente a sociologia, criada pelo Norte global, e me perguntando: “qual é a sua conexão com o imperialismo?”. Há uma grande conexão. A sociologia foi criada, no século XIX, por intelectuais muito

¹ Edward Said (1935 – 2003) foi um intelectual palestino, crítico literário e ativista da causa palestina.

conscientes do mundo colonizado. Eles produziram conceitos sobre progresso e desenvolvimento que expressavam o entendimento do Norte sobre questões globais, mas não o do Sul.

Tendo formulado esse problema e desenvolvido uma crítica ao pensamento social do Norte, por conta de sua recusa em se envolver com o império, eu comecei então a pensar “Ok, onde encontrar outros pontos de vista, outros entendimentos?” E, obviamente, nós os encontramos no Sul global. Se a sua sociedade é invadida por estranhos poderosos, fortemente armados, da Europa, que são implacáveis, ansiosos para encontrar ouro e escravos, que estupram as mulheres da sociedade local, tomam a terra, criam fortalezas e governos, e assim por diante, você tentará entender o que está acontecendo!

Há sempre uma resposta intelectual ao colonialismo dada pelo colonizado. Claro que há. Há respostas na África, na América, na Austrália, no Leste da Ásia. Intelectuais das sociedades colonizadas fazem análises sobre o colonialismo e sobre a sociedade colonial e, eventualmente, sobre a sociedade metropolitana, também. Se você procurar, você irá encontrá-las.

Isso é o que eu fiz por dez anos ou mais, procurando pelo trabalho de intelectuais de sociedades colonizadas e ex-colônias que estavam tentando teorizar, analisar ou representar as sociedades que o colonialismo trouxe à existência e como elas haviam se desenvolvido e mudado. Eu comecei a ler o pessoal do CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), as obras de Raúl Prebisch e Celso Furtado e comecei a ler escritores africanos como Paulin Hountondji, Sol Plaatje, da África do Sul, de uma centena de anos atrás. Comecei a ler escritores indianos. O próprio Gandhi, Ashis Nandy, que é um psicólogo e analista cultural maravilhoso. Comecei a ler escritores muçulmanos como Al-Afghani e Ali Shariati. Shariati é um pensador crítico, sociólogo muçulmano xiita e educador maravilhoso. Comecei a ler romancistas, pessoas que expressaram uma análise crítica da sociedade colonial através da literatura, como José Rizal, nas Filipinas.

Se você procurar, você verá que eles estão lá. Mas pensadores sociais europeus nunca foram procurá-los e, por isto, a teoria social europeia atual se mantém ignorante em relação ao trabalho intelectual da maior parte do mundo. Eles são teimosos. Por isto, eu fico com

raiva quando abro um livro de teoria social e há Marx, Durkheim, Weber, Parsons, Bourdieu, Foucault – e eles são todos homens brancos, europeus e/ou norte-americanos – e não há uma única pessoa do Sul global que é representada – que é onde vive a maioria das pessoas do mundo. É escandaloso que nossas ciências sociais sejam organizadas desta forma.

Mas é isso que ensinamos em sociologia! Isso é realmente ridículo, então, eu tento controlar a minha raiva e transformá-la em humor. Mas isto é algo para se zangar, esta recusa persistente em reconhecer o trabalho intelectual do Sul global. Meu livro *Southern theory* (2007) é uma tentativa de dizer “Olha, aqui está, aqui está um pouco desse pensamento, vá procurar pelo restante! Aqui está um grupo de pensadores importantes da África, do Irã, da Índia, da América do Sul, dê uma olhada! Leia-os, eles estão aí”.

Eu penso que podemos criar uma ciência social que traga todo esse trabalho em algum tipo de diálogo. Tal diálogo incluirá o Norte global, certamente. Ele também incluirá o intercâmbio Sul-Sul. Mas não estou dizendo nada de novo: há pessoas que reconhecem e já falam sobre isso há bastante tempo. Syed Hussein Alatas, em Singapura, desenvolveu o conceito de “dependência acadêmica” há uma geração atrás. Este conceito se aproxima do que Paulin Hountondji, do Benin, chama de “extraversão”. Eu prefiro o termo de Hountondji por ser mais amplo, não meramente acadêmico, que caracteriza a situação de todos os trabalhadores intelectuais no Sul que são profissionalmente obrigados a estudar as estruturas intelectuais do Norte global.

Por exemplo, nos estudos de gênero, nós na Austrália e vocês no Brasil lemos, quem nós lemos? Simone de Beauvoir, Judith Butler, Joan Scott e espera-se que vocês as citem, usem suas ideias e as apliquem para a realidade brasileira. E na Austrália, lemos Judith Butler, Simone de Beauvoir, Joan Scott e aplicamos suas ideias à realidade australiana. Mas quem, no Norte global, lê Heleieth Saffioti e aplica suas ideias ao contexto norte-americano? Portanto, há um enorme desequilíbrio. É o que os economistas chamam de “troca desigual” no mundo intelectual, um padrão muito específico, onde a teoria é produzida no Norte global e os dados vêm do Sul global.

Cristiano Rodrigues

– *Você se utiliza do termo “Sul global” de maneira semelhante à de outros estudiosos? E, em que medida, o trabalho de autores como Paulin Hountondji tem influenciado suas ideias sobre as conexões e rupturas entre o “Norte global” e o “Sul global”?*

Raewyn Connell

– Há, com certeza, diferentes maneiras de usar termos como “Sul global”. Muitas pessoas utilizam este termo apenas como referência aos países mais pobres, algo como o que costumava chamar de “quarto mundo”. Outros o utilizam como sinônimo de “países em desenvolvimento”. Eu o emprego de uma forma bastante ampla, para se referir a todo o mundo fora da metrópole global, a “periferia”, se podemos pensar em uma periferia onde vivem quatro quintos da população mundial. Para mim, “Sul” e “Norte” são termos relacionais, um não existe sem o outro, e eles existem em uma estrutura dinâmica onde a população se move, poderes mudam, Estados se desenvolvem e entram em decadência. Penso que isto é amplamente compatível com o tratamento dado por Hountondji às noções de metrópole e periferia. Embora ele seja um filósofo, não um cientista social, suas ideias centrais parecem corretas e importantes. Minha abordagem tem, certamente, sido influenciada por seu trabalho, mas não começou com o trabalho dele. Eu tenho aprendido com muitos outros que têm se confrontado com a história do imperialismo e as estruturas de desigualdade na globalização neoliberal, incluindo Fanon, Nandy, Quijano, Agarwal, James. Espero continuar a estudar!

Cristiano Rodrigues

– *Michael Burawoy, professor da Universidade da Califórnia em Berkeley, escreveu recentemente um artigo, um artigo pequeno, em que ele apresenta uma crítica ao seu trabalho. Ele diz que os intelectuais que você escolheu para retratar em seu livro são basicamente pessoas que passaram longas temporadas no Norte global na condição de estudantes de doutorado, ou lecionaram em universidades do Norte ou estão lá há tanto tempo que, provavelmente, suas abordagens sejam mais influenciadas pela forma como as pessoas do Norte pensam e não tanto pela forma como pensamos no Sul. Qual a sua opinião sobre essa crítica?*

Raewyn Connell

– A crítica de Burawoy tem aspectos positivos e negativos. Eu não escrevi sobre o trabalho dos intelectuais expatriados no Norte global, isto é bastante explícito. Em *Southern theory*, eu tratei especificamente de intelectuais que trabalhavam no Sul global. Eu estava falando sobre os intelectuais e meu trabalho foi influenciado pelo que eu pude acessar – a maioria da Austrália. Isto significa que a maioria das pessoas sobre as quais eu escrevi eram relativamente privilegiadas. Eu não estava escrevendo sobre o trabalho intelectual dos grupos subalternos do Sul global, o que deveria ser feito, e é importante, mas eu não poderia fazê-lo a partir da Austrália. Eu estava escrevendo sobre o que havia sido publicado. Eu viajei muito e, nessas viagens, eu coletava livros e artigos. Eu fiz entrevistas com trabalhadores intelectuais na África do Sul, Argentina, Chile e Austrália, é claro. Eu tenho muito respeito por pessoas como Chandra Talpade Mohanty, Edward Said e outros expatriados. Mas a minha questão era outra, eu estava mais interessada no tipo de produção que estava acontecendo dentro do próprio Sul global.

Foi com essas pessoas relativamente privilegiadas que eu mais aprendi. As gerações mais recentes vão com mais frequência ao Norte global como parte de sua formação educacional. Isto é uma parte da estrutura institucional internacional de ensino superior. Agora, o grau em que este intercâmbio influencia o pensamento destas pessoas é interessante e muito variado. Michael Burawoy é um grande pesquisador de sociologia industrial, um excelente intelectual, mas não acredito que ele conheça os detalhes dos textos do Sul tão bem. Alguém como Ali Shariati, por exemplo, que realizou seu doutorado em Paris e aprendeu sobre o marxismo lá. Mas não foi em Paris que ele aprendeu teologia muçulmana xiita; sobre isto, ele aprendeu no Irã – em parte com seu pai, que era um teólogo, um intelectual islâmico. Ele também conhecia pensadores anticoloniais, como Fanon. Shariati trabalhou com todas essas tradições para desenvolver uma crítica do pensamento do Norte e uma nova agenda para o trabalho intelectual no Irã.

Como disse antes, é necessário que os intelectuais do Sul conheçam e se envolvam com a produção intelectual do Norte, porque este é o sistema de conhecimento dominante no mundo. Seria uma fantasia pensar que seja

possível produzir um trabalho intelectual significativo, de relevância global, que não tenha qualquer referência ao sistema de conhecimento dominante do mundo. Alguém como Samir Amin pensa a si mesmo como marxista, assim como Michael Burawoy o faz, e usa categorias de Marx como mais-valia e força de trabalho, entre outras. Mas ele tem dado um significado muito diferente à abordagem marxista, ao priorizar as experiências econômicas do Antigo Egito e, em seguida, outras partes da África e do Sul global em geral. O produto intelectual parece diferente de tudo o que é produzido no Norte global.

Muitas pessoas confundem a ideia de conhecimento local com o conceito de teoria do Sul. Para mim, o conhecimento local constitui uma importante alternativa para a episteme do Norte, mas apenas uma. Existem outras formas de conhecimento que têm sido produzidas no mundo colonial e pós-colonial, que são diferentes da produção intelectual do Norte global, porque vêm de uma experiência histórica muito diferente.

Estou argumentando em prol de uma visão mais dinâmica do conhecimento como algo que é socialmente produzido, produzido coletivamente, de forma contínua, em escala mundial. Precisamos analisá-lo com pleno reconhecimento da história do colonialismo e a continuidade das desigualdades econômicas e de poder, e à luz da autoridade cultural do Norte global você sequer precisaria usar o termo “Sul global”.

Cristiano Rodrigues

– *Eu tenho uma última pergunta. Ontem, você falou sobre duas coisas e acho que eles estão relacionados. Quando você estava conversando com as nossas alunas você apontou para a necessidade de um diálogo mais dinâmico Sul-Sul e entre o Norte e o Sul. Você também fez uma crítica à perspectiva da interseccionalidade, dizendo preferir uma abordagem mais dinâmica, que não tenha tantas hierarquias. Eu não sei até que ponto essas ideias estão relacionadas, mas gostaria de ouvir você desenvolvê-las um pouco mais.*

Raewyn Connell

– Meu problema com o conceito de interseccionalidade não tem a ver com sua intenção de integrar análises de gênero e de classe e/ou de gênero e raça, entre outras. Penso que a boa ciência social já tem feito muito isto. Gênero e classe, por exemplo, são analisados em

conjunto na obra de Saffioti. A posição colonial e gênero são analisados em conjunto na obra de Nandy.

Meu problema com o conceito de interseccionalidade é o fato de que ele encoraja as pessoas a pensarem em termos geométricos, como se houvessem eixos fixos de diferença ou desigualdade. Como se houvesse um eixo geométrico de classe e um eixo geométrico de gênero e um eixo geométrico de raça e passássemos a posicionar indivíduos em todos eles. Isto é uma forma estática de analisar as relações sociais. Perfeitamente adequado para lidar com os processos judiciais para os quais o termo “interseccionalidade” foi cunhado – mas inadequado para as ciências sociais.

Acredito que seja mais útil analisar a mútua constituição das relações de gênero e classe, ou a mútua constituição das hierarquias de raça e classe. O objetivo é, então, estudá-los historicamente. Isto não significa que tenhamos que agir como historiadores olhando para um passado distante, mas é sempre útil pensar historicamente. Alguns dos melhores exemplos de uma abordagem dinâmica da interseccionalidade vêm do trabalho de historiadores clássicos como Gilberto Freyre. Seu trabalho é sobre interseccionalidade, no sentido de analisar um padrão entremeadado de raça e classe; gênero também, embora quando foi escrito, gênero não fosse muito tematizado. Mas, podemos pensar historicamente sobre o presente, também. Acredito que toda sociologia de qualidade pensa historicamente sobre o presente.

Ao olhar para a situação atual, precisamos nos perguntar: “Como essas forças sociais funcionam, como os grupos evoluíram e quais são as possibilidades de mudança?” Isto é um pensamento ativista, este é o tipo de coisa que os movimentos sociais sempre fizeram. E isto é pensar historicamente. Eu quero que este seja o paradigma do trabalho intelectual em estudos sociais e humanísticos.

O argumento nos leva a pensar que as conexões entre grupos de trabalhadores intelectuais em toda a periferia global são realmente importantes. Há, agora, uma maior preocupação com as conexões intelectuais Sul-Sul. Pode ser difícil de organizar, por uma série de razões: distância, custo, linguagem e diferentes tradições intelectuais e políticas. Mas estas conexões interrompem o padrão usual de movimento acadêmico, que é do Sul para o Norte e do Norte para o Sul. Por esta razão,

grupos como o CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais) têm se envolvido em articulações com cientistas sociais africanos e asiáticos. Parte do meu trabalho é viajar pelo mundo dando às pessoas listas de leituras de outras partes do Sul global, dizendo a eles para lerem pessoas como Quijano ou como Hountondji.

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CONNELL, Raewyn. *The child's construction of politics*. Melbourne: Melbourne University Press, 1971.
- CONNELL, Raewyn. *Ruling class, ruling culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- CONNELL, Raewyn. *Making the difference: schools, families and social division*. Sidney: George Allen & Unwin, 1982.
- CONNELL, Raewyn. *Which way is up? essays on sex, class and culture*. Sidney: Unwin Hyman, 1984.
- CONNELL, Raewyn. *Gender and power: society, the person, and sexual politics*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. Cambridge/Sidney/Berkeley: Polity Press/Allen & Unwin/ University of California Press, 1995.
- CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. *Gender & Society*, n. 19, p. 829-859, dez. 2005.
- CONNELL, Raewyn. *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science*. Sidney/Cambridge: Allen & Unwin Australia/Polity Press, 2007.
- CONNELL, Raewyn. Transsexual women and feminist thought: toward new understanding and new politics. *Signs*, v. 37, n. 4, p. 857-881, 2012.
- CONNELL, Raewyn. Margin becoming centre: for a world-centred rethinking of masculinities. *NORMA: International Journal for Masculinity Studies*, v. 9, n. 4, p. 217-231, 2014.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, p. 139-167.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: _____. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Edgardo Lander (Comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Jul. 2000. p. 246. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>.
- GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- NAMASTE, Viviane. *Invisible lives: the erasure of transsexual and transgendered people*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.
- NAMASTE, Viviane. *Sex change, social change: reflections on identity, institutions, and imperialism*. Toronto: Women's Press Toronto, 2005.
- PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão e post-scriptum*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. Doing gender. *Gender & Society*, v. 1, n. 2, p. 125-151, jun. 1987.